

INSTITUTO PRO BONO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

INSTITUTO PRO BONO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado do exercício

Quadro III - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro IV - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores
Instituto Pro Bono

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Pro Bono, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores
Instituto Pro Bono

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

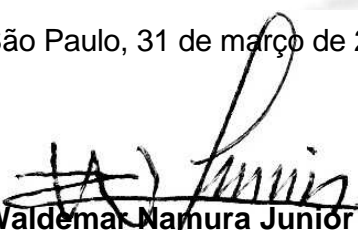
Base para opinião com ressalva

Existem pagamentos decorrentes de contratos de prestação de serviços que podem vir a gerar passivos contingentes fiscais e trabalhistas, para os quais não foram reconhecidos provisões; também, não foi possível apurarmos os montantes que deveriam estar registrados em 31 de dezembro de 2015. Como consequência, não nos foi possível obter evidências de auditoria para determinar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis findas naquela data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Pro Bono em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09.

São Paulo, 31 de março de 2016.



Waldemar Namura Júnior

Contador – CRC-1SP154938/O-0

Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S

CRC-2SP016754/O-1

INSTITUTO PRO BONO

**QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)**

ATIVO	Nota Explicativa	2015	2014	PASSIVO	Nota Explicativa	2015	2014
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	289.483	282.420	Adiantamento		3.137	85.503
Outras contas a receber		2.802	2.197			3.137	85.503
		<u>292.285</u>	<u>284.617</u>				
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6		
Imobilizado	5	17.855	6.686	Patrimônio social		205.800	152.668
				Superávit do exercício		101.203	53.132
						<u>307.003</u>	<u>205.800</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>310.140</u>	<u>291.303</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>310.140</u>	<u>291.303</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PRO BONO**QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO****(Em reais)**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
RECEITAS DAS ATIVIDADES		
Doações Nacionais	500.105	271.224
Doações do exterior	109.900	194.986
	<u>610.005</u>	<u>466.210</u>
DESPESAS DAS ATIVIDADES		
Administrativas (nota explicativa 7)	(519.920)	(430.329)
Tributárias	(8.906)	(3.775)
Outras despesas	-	(586)
	<u>(528.826)</u>	<u>(434.690)</u>
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>81.179</u>	<u>31.520</u>
Resultado financeiro	20.024	21.612
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u><u>101.203</u></u>	<u><u>53.132</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PRO BONO

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (Déficit) acumulado</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	205.839	(53.171)	152.668
Transferência para patrimônio social	(53.171)	53.171	-
Superávit do exercício	-	53.132	53.132
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	<u>152.668</u>	<u>53.132</u>	<u>205.800</u>
Transferência para patrimônio social	53.132	(53.132)	-
Superávit do exercício	-	101.203	101.203
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>205.800</u>	<u>101.203</u>	<u>307.003</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PRO BONO**QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	101.203	53.132
Ajustes por:		
- Depreciação	<u>4.200</u>	<u>1.142</u>
Superávit do exercício ajustado	105.403	54.274
Aumento de ativos:		
Outras contas a receber	(605)	(2.187)
Redução de passivos:		
Adiantamento	(82.366)	85.503
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>22.432</u>	<u>137.590</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado	(15.369)	(5.494)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(15.369)</u>	<u>(5.494)</u>
ACRÉSCIMO NO CAIXA E EQUIVALENTES	<u><u>7.063</u></u>	<u><u>132.096</u></u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	282.420	150.324
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	289.483	282.420
ACRÉSCIMO NO CAIXA E EQUIVALENTES	<u><u>7.063</u></u>	<u><u>132.096</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PRO BONO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em reais)

1. A ASSOCIAÇÃO E SUAS ATIVIDADES

O Instituto Pro Bono tem como missão contribuir para a promoção do direito de acesso à justiça de populações vulneráveis e organizações da sociedade civil, por meio do estímulo à advocacia voluntária e ao intercâmbio de conhecimentos jurídicos.

Atualmente, o Instituto fomenta a promoção do direito de acesso à justiça por meio de sua *clearinghouse*, que funciona como interface na prestação gratuita de serviços jurídicos para entidades sem fins lucrativos do terceiro setor que não possuem recursos financeiros para custear as despesas previstas quando da contratação de um advogado, além de projetos de intervenção direta e incidência, por exemplo, plantões jurídicos, processos formativos e publicações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09.

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não há valores a ser apresentado de outros resultados abrangentes, desta forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justos e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria do Instituto em 31 de março de 2015.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações apresentadas em Real foram suprimidos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Ativos financeiros e passivos financeiros

O Instituto possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa, outros recebíveis e contas a pagar.

O instituto não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC - PME, o instituto efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalentes de caixa: são classificadas como mantidas até seu vencimento. São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através de lucros e perdas quando adquiridos.

O instituto em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não possuía saldos de ativos financeiros mantidos para negociação ou designado ao valor justo através de lucros e perdas.

Os ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo através de lucros ou perdas, são avaliados por indicadores de impairment na data do balanço. São considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados.

(c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, até o limite de seu valor de mercado.

(d) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo, incluindo, conforme aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, ou de realização.

(e) Imobilizado

Avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas igualmente corrigidas e são depreciadas de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa 5.

É realizada, quando aplicável, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível (teste de "impairment"), com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1 de novembro de 2007. Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

(f) Passivo circulante

Os passivos circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente.

(g) Apuração do resultado

O superávit (déficit) é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.

(h) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias.

(i) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxa de juros explícitas ou implícitas.

(j) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o superávit por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bancos conta movimento	71.942	12.165
Aplicações financeiras	217.541	270.255
	<u>289.483</u>	<u>282.420</u>

A aplicação financeira é em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

5. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação %	2015			2014
		Custos	Depreciação	Residual	Residual
Móveis	10	1.293	(1.261)	32	161
Máquinas e equipamentos comerciais	10	2.500	(458)	2.042	2.292
Equipamento e processamento de dados	20	28.332	(16.575)	11.757	3.845
Aparelhos eletrônicos	20	2.378	(476)	1.902	-
Software	20	2.614	(492)	2.122	388
		<u>37.117</u>	<u>(19.262)</u>	<u>17.855</u>	<u>6.686</u>

Movimentação do 2015 a 2014

	2014	2015		Custo
	Custo	Adições	Baixas	
Móveis	1.293	-	-	1.293
Máquinas e equipamentos comerciais	2.500	-	-	2.500
Equipamento e processamento de dados	17.560	10.772	-	28.332
Aparelhos eletrônicos	-	2.378	-	2.378
Software	395	2.219	-	2.614
	<u>21.748</u>	<u>15.369</u>	<u>-</u>	<u>37.117</u>

Movimentação do 2014 a 2013

	2013	2014		Custo
	Custo	Adições	Baixas	
Móveis	1.293	-	-	1.293
Máquinas e equipamentos comerciais	-	2.500	-	2.500
Equipamento e processamento de dados	14.961	2.599	-	17.560
Software	-	395	-	395
	<u>16.254</u>	<u>5.494</u>	<u>-</u>	<u>21.748</u>

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

Na hipótese de extinção do Instituto, o patrimônio será necessariamente destinado à entidade ou entidades sem fins lucrativos com propósitos semelhantes, qualificada nos termos da Lei no. 9.790/99.

Na hipótese do Instituto perder a qualificação instituída na Lei o. 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

7. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Serviços prestados pessoa jurídica	(222.118)	(220.522)
Serviços prestados pessoa física	(95.500)	(48.500)
Gastos com viagem	(26.392)	(24.871)
Previdência social – autônomos	(19.100)	(9.700)
Lanches e refeições	(13.878)	(2.510)
Aluguel	(95.472)	(95.472)
Outras despesas	(47.460)	(28.754)
	(519.920)	(430.329)

8. TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

Atendendo à resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprova a NBC ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, que define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, o Instituto declara que não foram tomados trabalhos voluntários.

* * *